AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 51 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
ADV.(A/S)	: ADRIELE PINHEIRO REIS AYRES DE BRITTO
ADV.(A/S)	: MARCELO MONTALVAO MACHADO
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO SÉRGIO ALTIERI DE MORAES PITOMBO
AM. CURIAE.	: YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA
ADV.(A/S)	: ANDRE ZONARO GIACCHETTA
ADV.(A/S)	: VICENTE COELHO ARAÚJO
ADV.(A/S)	: CIRO TORRES FREITAS
AM. CURIAE.	: INSTITUTO DE REFERÊNCIA EM INTERNET E SOCIEDADE - IRIS
ADV.(A/S)	: LUCAS COSTA DOS ANJOS
AM. CURIAE.	: SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE TECNOLOGIA - SUCESU NACIONAL
ADV.(A/S)	: RENATO MULLER DA SILVA OPICE BLUM
ADV.(A/S)	: JULIANA ABRUSIO
ADV.(A/S)	: RONY VAINZOF
ADV.(A/S)	: SAMARA SCHUCH BUENO
ADV.(A/S)	: MAURICIO ANTONIO TAMER
ADV.(A/S)	: CAMILA RIOJA ARANTES
AM. CURIAE.	: ABERT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO
ADV.(A/S)	: RODRIGO BRANDAO VIVEIROS PESSANHA

DESPACHO: Em 6 de novembro de 2019, por meio de despacho, foi designada audiência pública, no âmbito da ADC 51, para discutir a constitucionalidade do Decreto 3.810/2001, do art. 273, II, do CPC e dos arts. 780 a 783 do CPP, no que se refere à requisição, por parte de autoridades brasileiras, de dados de usuários localizados em provedores

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1881-FD56-71FE-3A22 e senha 2EAE-4CFF-E62C-85AB

de internet e empresas de tecnologia no exterior.

Mediante o despacho mencionado, foram estabelecidas as orientações gerais e os requisitos considerados para fins de recebimento das inscrições de participação na qualidade de expositor e *amici curiae*.

Foram recebidos 84 (oitenta e quatro) *e-mails* com pedidos de habilitação no endereço eletrônico adc51@stf.jus.br. Além disso, foram expedidos convites a autoridades e representantes da sociedade civil com *expertise* no assunto.

Pedidos deferidos

Com base nos critérios previamente estabelecidos de representatividade, especialização técnica, diversidade de gênero, *expertise* e garantia de pluralidade de opiniões, com paridade dos pontos de vista a serem defendidos, defiro a participação das seguintes entidades e expositores:

1) Assespro Nacional (Prof. Dr. Carlos Ayres Britto, Prof. Dr. Francisco Rezek, Prof. Todd Hinnen e Dr. Eric H. Holder Jr.);

2) Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. (Prof. Albert Gidari, Dra. Andrea Kirkpatrick, Dr. Marlio Martins);

3) Yahoo do Brasil Internet Ltda. (Dr. André Giacchetta);

4) Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Polícia Federal (Ministro Sérgio Fernando Moro, Dr. Lucas de Carvalho, Dr. Arthur de Oliveira, Dra. Miriam Wimmer e Dr. Isalino Giacomet Júnior);

5) Ministério Público Federal (Dra. Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, Dra. Fernanda Teixeira Souza Domingos e Dr. Bruno Calabrich);

6) IP.rec (Dra. Raquel Lima Saraiva);

7) Idec (Dr. Walter Faiad);

8) Sucesu (Dr. Maurício Tamer);

9) Ong Art. 19 (Dra. Denise Dora);

10) Lapin (Dr. Gabriel Araújo Souto e Dra. Alexandra

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1881-FD56-71FE-3A22 e senha 2EAE-4CFF-E62C-85AB

Lopes);

11) Internet Lab (Dra. Nathalie Fragoso);

12) Iris (Prof. Dr. Fabrício Polido);

13) Prof. Dra. Maristela Basso (Professora Livre-Docente da USP);

14) Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP (Prof. Dr. Alexandre da Silva);

15) Instituto de Garantias Penais (Dr. Ticiano Figueiredo de Oliveira e Dr. Pedro Ivo Velloso);

16) Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão (Prof. Dr. Rodrigo Brandão);

17) Fiesp (Dr. Rony Vainzof);

18) OAB (Dr. Flávio Pereira);

19) Prof. Jacqueline de Souza Abreu;

20) Prof. Natália Peppi;

21) Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio – ITS RIO (Prof. Dr. Carlos Affonso de Souza e Prof. Christian Perrone);

22) Prof. Dr. Vinícius Marques de Carvalho (Universidade de São Paulo);

23) Prof. Dr. Danilo Doneda (Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP - CEDIS/IDP).

Registre-se, em relação à Abert, que a jurisprudência do STF tem reconhecido a legitimidade da referida associação para o ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade e para a atuação como *amicus curiae* (ADI 5.794, ADI 4.451 e ADI 2.404), em consideração à representatividade e especialização da referida associação em questões envolvendo a liberdade de expressão, as atividades de telecomunicações e outras similares.

Portanto, não deve prosperar a irresignação dos autores quanto à admissão da associação para atuação, na condição de *amicus curiae*, na audiência pública designada e nos atos posteriores.

É facultado a todos os habilitados na audiência pública o envio de suas contribuições, por escrito, até a data de realização da referida audiência pública (**10.2.2020**), para o endereço de *e-mail* adc51@stf.jus.br.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1881-FD56-71FE-3A22 e senha 2EAE-4CFF-E62C-85AB

Caso queiram utilizar recursos audiovisuais, os admitidos a participar da Audiência Pública deverão encaminhar os arquivos a serem exibidos até o dia **7.2.2020** para o endereço adc51@stf.jus.br.

Data de realização da audiência pública e ordem dos trabalhos

A Audiência Pública será realizada no Supremo Tribunal Federal, Anexo II-B, Sala de Sessões da Segunda Turma, na data de **10.2.2020** (segunda-feira), **de 9h às 12h00 e de 14h às 17h05.**

A ordem dos trabalhos seguirá a programação prevista no anexo deste despacho.

Metodologia da Audiência Pública

Os participantes habilitados foram distribuídos em blocos de exposição, nos termos do cronograma transcrito no anexo, **divididos em dois períodos (manhã e tarde)**, devendo obedecer rigorosamente ao tempo atribuído para expor suas posições sobre as questões apontadas nas decisões convocatórias, bem como sobre os demais temas que surgirem durante a audiência.

Após o final de cada bloco e/ou período (manhã e tarde), o Ministro Relator e Presidente da audiência poderá instaurar espaço de diálogo, debate e reação às exposições, para que **as dúvidas e os questionamentos,** desde que de **interesse do processo e do Tribunal**, possam ser esclarecidos, no tempo máximo de **3 (três) minutos** para cada expositor indagado pelo Relator.

Orientações gerais aos interessados

Reitere-se que não é necessária inscrição para assistir à audiência pública, a qual também será transmitida pela TV Justiça e pela Rádio Justiça, nos termos do Regimento Interno do STF (art. 154, parágrafo único, V), com sinal aberto para as demais emissoras interessadas.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1881-FD56-71FE-3A22 e senha 2EAE-4CFF-E62C-85AB

No âmbito do Tribunal, o número de presentes será limitado à capacidade do local de sua realização, de acordo com a organização do Cerimonial do Supremo Tribunal Federal.

Demais dúvidas podem ser sanadas em consulta ao *site* do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br), clicando-se na aba "Processos", "Audiências Públicas" e, posteriormente, em "Perguntas Frequentes".

Determino à Secretaria que promova o cadastramento da Abert e de seus advogados como *amicus curiae* no sistema eletrônico de processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de fevereiro de 2020.

Ministro **GILMAR MENDES**
Relator
Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1881-FD56-71FE-3A22 e senha 2EAE-4CFF-E62C-85AB

Programação da Audiência Pública

Dia 10.2.2020 (segunda-feira)
Manhã, das 9h às 12h00

9h:00 Abertura dos Trabalhos – Ministro Gilmar Mendes

9h:10 Parte autora da ADC 51
Representantes:
Prof. Dr. Carlos Ayres Britto – ASSESPRO Nacional – 10 min.
Prof. Dr. Francisco Rezek – ASSESPRO Nacional – 10 min.
Prof. Todd Hinnen – ASSESPRO Nacional – 10 min.
Dr. Eric H. Holder Jr. – ASSESPRO Nacional – 10 min.

9h:50: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
Representante:
Ministro Sérgio Fernando Moro – 15 min.

10h05: Polícia Federal (PF)
Representante:
Delegado Federal Dr. Isalino Giacomet Júnior – 15 min.

10h20: Ministério Público Federal (MPF)
Representantes:
Dra. Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira – 5 min.
Dra. Fernanda Teixeira Souza Domingos – 5 min.
Dr. Bruno Calabrich – 5 min.

10h35: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Representante:
Dr. Flávio Pereira – 15 min.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1881-FD56-71FE-3A22 e senha 2EAE-4CFF-E62C-85AB

10h50: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Representantes:

Dr. Lucas Borges de Carvalho - 5min

Dr. Arthur Coimbra de Oliveira - 5min

Dra. Miriam Wimmer - 5min

11h05: Academia e Sociedade Civil (Grupo 1)

Representantes:

Prof. Dr. Carlos Affonso de Souza e Prof. Ms. Christian Perrone – Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio (ITS Rio) – 15 min.

Prof. Maristela Basso (Universidade de São Paulo –USP) – 10 min.

Prof. Jacqueline de Souza Abreu (Pesquisadora) – 10 min.

Dr. Walter Faiad – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) – 10 min.

11h50: Esclarecimentos Finais – Ministro Gilmar Mendes

12h00: Encerramento dos trabalhos no período da manhã.

Tarde, das 14h00 às 17h00

14h00: Reabertura dos trabalhos – Ministro Gilmar Mendes

14h:10: Academia e Sociedade Civil (Grupo 2)

Representantes:

Prof. Dr. Alexandre da Silva (Fundação Getúlio Vargas – FGV – Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP) – 10 min.

Prof. Dr. Vinícius Marques de Carvalho (Universidade de São Paulo –USP) – 10 min.

Prof. Dr. Fabrício Polido (Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS) – 10 min.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1881-FD56-71FE-3A22 e senha 2EAE-4CFF-E62C-85AB

Prof. Dr. Danilo Doneda (Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP – CEDIS/IDP) – 10 min.

Dra. Nathalie Fragoso (InternetLab – Pesquisa em Direito e Tecnologia) – 10 min.

Prof. Natália Peppi (Pesquisadora) – 10 min.

15h10: Setor Privado

Representantes:

Dr. André Giacchetta (Yahoo Brasil) – 10 min.

Prof. Albert Gidari, Dra. Andrea Kirkpatrick, Dr. Marlio Martins (Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.) – 15 min.

Dr. Rony Vainzof – (Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP) – 10 min.

Dr. Diego Gualda (Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico – CBCE) – 10 min.

Prof. Dr. Rodrigo Brandão (Associação Brasileira de Rádio e TV - ABERT) – 10 min.

16h05: Academia e Sociedade Civil (Grupo 3)

Dr. Ticiano Figueiredo e Dr. Pedro Ivo Velloso (Instituto de Garantias Penais) – 15 min.

Dra. Raquel Lima Saraiva (IP Recife) – 10 min.

Dr. Maurício Tamer – (Sociedade de Usuários de Tecnologia – SUCESU) – 10 min.

Dra. Denise Dora (ONG Artigo 19) – 10 min.

Dr. Gabriel Araújo Souto e Dra. Alexandra Lopes (Laboratório de Pesquisa em Direito Privado e Internet (Lapin/UnB) – 15 min.

17h05: Esclarecimentos Finais e Encerramento – Ministro Gilmar Mendes

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1881-FD56-71FE-3A22 e senha 2EAE-4CFF-E62C-85AB